



SINTESPE

Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Estadual de SC

CUT

Endereço para correspondências
e envios de documentos

SINTESPE

Caixa Postal 143
Centro - Florianópolis/SC
CEP 88010-970

www.sintespe.org.br sintespe.sc @sintespe.sc @sintespe (48) 99843-0267 sintespe@sintespe.org.br

PLANTÃO PERMANENTE: WhatsApp (48) 9 9833-3355 ou 3223-6097, via e-mail: sintespe@sintespe.org.br e mídias sociais

10 | Novembro | Quarta



CONCENTRAÇÃO DOS SERVIDORES NA ALESC

Dia 10 de novembro vamos às ruas contra o descaso e a indiferença com que o governador Carlos Moisés trata os servidores públicos. Dia de cobrar a negociação da pauta de reivindicações da campanha salarial e de exigir o fim do confisco de 14% dos proventos e pensões da nossa aposentadoria. Concentração é às 14 horas, na Assembleia Legislativa, em Florianópolis).

No dia 10 de novembro voltaremos à frente da Assembleia Legislativa e ao Tribunal de Justiça para apresentar aos deputados e desembargadores as dívidas dos aposentados e pensionistas com remédios, contas de luz e água e dos empréstimos. Pediremos aos juízes que acatem o Mandado de Segurança com pedido de liminar para sustar os efeitos do confisco, e aos deputados, que ajudem a pagar as contas atrasadas. Ano que vem tem eleição, os parlamentares não podem estar alheios às dificuldades vividas pelo povo catarinense.

Mandado de Segurança contra confisco de 14%

O SINTESPE impetrou Mandado de Segurança com pedido de liminar junto ao Tribunal de Justiça de SC, pedindo a suspensão imediata do desconto de 14% nos proventos e pensões, sobre o valor do benefício que ultrapassar a um Salário Mínimo. Atualmente, o desconto para o IPREV incide a partir do teto da Previdência, R\$ 6.433,57. O Mandado de Segurança pede o mesmo para os portadores de doenças graves, que passam a descontar sobre a parcela que supere o teto da Previdência.



Antônio Battisti protocola Mandado no TJSC

CAMPANHA SALARIAL 2021

Basta de congelamento. Cancela o confisco, já!

O SINTESPE manifesta seu repúdio ao negociador do governo do Estado, Décio Vargas, que deixou de atender a direção do Sindicato pela terceira vez consecutiva, no dia 7 de outubro. A audiência estava agendada há mais de um mês. O preposto Décio Vargas negocia desde o governo Luiz Henrique, de Raimundo Colombo e agora representa o governo Moisés. O governador Carlos Moisés subestima e humilha a categoria. Os servidores exigem respeito!

MAIS INFORMAÇÕES DA CAMPANHA SALARIAL NAS PÁGINA 2 e 3

Tabela de vencimentos é uma vergonha

A tabela de vencimentos (veja quadro abaixo) comprova que houve uma regressão no Plano e Cargos, Carreiras e Vencimentos na maioria das secretarias, autarquias e fundações. Desde a Lei 676/2016, os Planos de Cargos criados em 2005 foram extintos

(exceto os da Secretaria da Fazenda), obrigando os servidores a retornarem para a Lei do Plano de Cargos, de 1993. Sem reajuste, o Piso salarial da categoria, menor valor da tabela, ficou congelado, desde 2012, em R\$ 820,00.
Há casos em que a soma do

vencimento e da gratificação de um servidor de nível médio – ou até de nível superior – é menor do que o valor do auxílio combustível (cerca de R\$ 4,5 mil) pago a determinados cargos do alto escalão do Executivo.
Veja o quadro, abaixo:

Tabela atual de vencimentos dos servidores ativos, aposentados e pensionistas

CONGELAMENTO:

A partir de 2012 o piso salarial para o Quadro Direto, Autárquico e Fundacional do Estado permaneceu em irrisórios R\$ 820,80, sem a reposição que é garantida por lei.

SEM INDEXAÇÃO:

Os valores iniciais de um nível para outro não apresentam qualquer nexo, parecendo terem sido aplicados ao mero 'acaso'.

GRUPO	NÍVEIS	REFERÊNCIAS									
		A	B	C	D	E	F	G	H	I	J
AUXILIAR	1	820,80	829,00	837,30	845,67	854,12	862,67	871,30	880,00	888,81	897,70
	2	906,67	915,75	924,91	934,15	943,48	952,92	962,46	972,07	981,79	991,62
	3	1.001,52	1.011,55	1.021,66	1.031,88	1.042,20	1.052,63	1.063,15	1.073,78	1.084,52	1.095,36
OPERACIONAL	1	885,60	894,46	903,40	912,43	921,56	930,77	940,09	949,49	958,58	968,56
	2	978,25	988,03	997,92	1.007,90	1.017,97	1.028,15	1.038,43	1.048,83	1.059,30	1.069,91
	3	1.080,60	1.091,40	1.102,33	1.113,34	1.124,48	1.135,71	1.147,07	1.158,55	1.170,24	1.181,83
	4	1.193,66	1.205,59	1.217,65	1.229,83	1.242,11	1.254,53	1.267,09	1.279,76	1.292,55	1.305,48
TÉCNICO	1	972,00	981,72	991,53	1.001,45	1.011,46	1.021,59	1.031,80	1.042,12	1.052,53	1.063,06
	2	1.073,70	1.084,42	1.095,28	1.106,22	1.117,29	1.128,46	1.139,74	1.151,14	1.162,65	1.174,28
	3	1.186,03	1.197,89	1.209,86	1.221,97	1.234,18	1.246,53	1.258,99	1.271,59	1.284,30	1.297,13
	4	1.310,10	1.323,21	1.336,45	1.349,80	1.363,30	1.376,94	1.390,71	1.404,61	1.418,65	1.432,85
SUPERIOR	1	1.296,00	1.308,96	1.322,05	1.335,26	1.348,62	1.362,11	1.375,72	1.389,48	1.403,39	1.417,42
	2	1.431,59	1.445,90	1.460,37	1.474,97	1.489,72	1.504,62	1.519,65	1.534,87	1.550,22	1.565,71
	3	1.581,37	1.597,18	1.613,16	1.629,28	1.645,58	1.662,04	1.678,65	1.695,47	1.712,39	1.729,52
	4	1.746,82	1.764,27	1.781,93	1.799,75	1.817,73	1.835,92	1.854,28	1.872,81	1.891,55	1.910,47

SEM RUMO:

Os valores finais de um nível são superiores aos valores iniciais do nível seguinte, constituindo uma verdadeira 'anarquia' salarial.

Servidores do IMA suspendem greve

Os servidores do Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina – IMA – decidiram suspender a greve que seria deflagrada no dia 25 de outubro. Os servidores exigem que o governo Moisés cumpra o artigo 15 da Lei 17.354/2017, que obriga o executivo a implementar o Plano de Cargos, Carreira e Vencimento – PCCV. O executivo apresentou proposta que prevê duas gratificações: a primeira recompõe o salário em percentual menor que 1/3 da inflação acumulada desde 2014; a segunda prevê funções gratificadas com quatro valores diferentes, para parte dos servidores da ativa. Fonte: Assima

Servidores da SAP são indenizados

Agentes socioeducativos e policiais penais que trabalharam na Secretaria de Administração Penal (SAP) entre setembro de 2009 e junho de 2016 estão recebendo as parcelas do 13º Salário e Férias que deixaram de incluir em seus cálculos as médias das verbas denominadas “Indenização Operacional - Horas Extras, Adicional Noturno e VP-Hora Extra”.

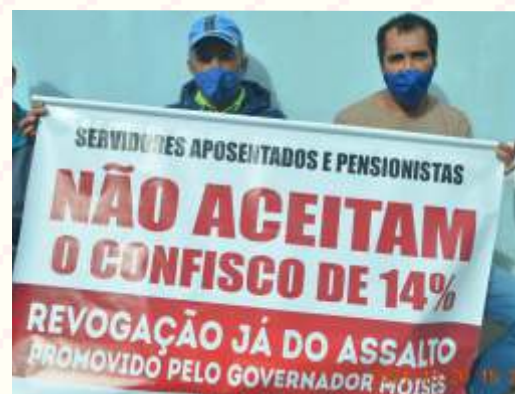
Para se habilitarem ao Processo, os beneficiados precisam ligar para o SINTESPE (fone 48-3226-6097) ou encaminhar as fichas financeiras referentes àqueles anos ao seguinte endereço eletrônico: sintespe@sintespe.org.br (com o título “Fichas financeiras SAP 2014”).
A Ação coletiva foi ajuizada pela assessoria jurídica do SINTESPE em agosto de 2014.

Queremos negociar, chega de enrolação!

São três anos de governo Moisés, sem que tenha apresentado uma proposta de reajuste salarial, de reposição de perdas, de isonomia e equiparação das gratificações para os servidores. São nove anos de congelamento (último reajuste foi em janeiro de 2012, de 8%) e o piso salarial da categoria é de R\$ 820, menor do que o Salário Mínimo. Até quando, governador Moisés? Até quando continuará a delegar a negociação para um representante com postura antissindical e fascista? Basta de enrolação e de congelamento!



Aposentados e pensionistas reunidos em Assembleia no SINTESPE (20 de outubro)



NOSSAS REIVINDICAÇÕES



NÍVEL AUXILIAR: R\$ 2.886,86
OPERACIONAL: R\$ 3.327,54
NÍVEL TÉCNICO: R\$ 3.771,21
NÍVEL SUPERIOR: R\$ 4.436,72



E AINDA...

- ✓ Gratificação da Saúde sobre todas as vantagens do servidor
- ✓ Criação do Adicional de Graduação ao servidor da SEC
- ✓ Novo Plano de Cargos e Salários e tabela progressiva de vencimentos

Aposentadoria Complementar é rejeitada

O Projeto de Lei do governo Moisés que privilegia deputados e servidores comissionados com a aposentadoria complementar foi rejeitado pela Assembleia Legislativa (faltou apenas um voto para ele ser aprovado em plenário).

O Projeto estabelece aposentadoria complementar para servidores que ingressaram no serviço público a partir de 2016, retirando 8% do IPREV e do Tesouro Estadual.

Ou seja, o governador Moisés queria confiscar 14% dos aposentados e pensionistas para dar aos comissionados do Legislativo, Judiciário e Ministério Público e aos deputados estaduais, os mesmos que aprovaram a contrarreforma da previdência sem que os servidores tivessem acesso à Assembleia Legislativa.

Vamos derrotar a PEC 32

Os servidores públicos das três esferas intensificam a campanha contra a PEC 32, a contrarreforma administrativa de Bolsonaro-Paulo Guedes, que privatiza o serviço público, acaba com a estabilidade, reduz jornada e salários em até 25% e abre caminho para um processo de terceirização e de apadriñamento político.

Vamos manter a pressão sobre os deputados federais de Santa Catarina para que **votem não à PEC 32** e tenham compromisso com o serviço público gratuito e de qualidade. “Se votar a favor da PEC, não volta”, adverte o presidente do SINTESPE, Antônio Battisti.

Congresso elege Conselho Fiscal do SINTESPE

O Conselho de Representantes do SINTESPE convoca os servidores a participarem do I Congresso Extraordinário dos Trabalhadores no Serviço Público Estadual, que acontece no **dia 5 de novembro de 2021, em Blumenau** (Rua Engenheiro Udo Deeke, 1330).

O Congresso vai eleger e empossar os membros do Conselho Fiscal do SINTESPE, que emitirá pareceres sobre as contas da entidade e promoverá alterações estatutárias, visando a extensão da base de representação do Sindicato. O Congresso também irá debater os portos públicos, a campanha salarial dos servidores, o confisco salarial de 14% dos aposentados e pensionistas e a luta contra a PEC 32.



Fórum Estadual dos Servidores Públicos tem realizado manifestações contra a PEC 32

Audiência Pública debate futuro dos portos públicos

A Assembleia Legislativa promove uma Audiência Pública no dia 9 de novembro para debater sobre o futuro dos portos públicos de Imbituba, Itajaí e São Francisco do Sul. A audiência será realizada de maneira semipresencial, às 9 horas, no auditório Antonieta de Barros e por videoconferência (youtube.com/assembleiasc). A iniciativa é do presidente da Comissão Mista, deputado Volnei Weber, atendendo a

pedidos de prefeitos, vereadores, empresários e a reivindicação da Comissão dos Trabalhadores Portuários Unificados. Os trabalhadores terão direito ao uso da palavra para explicar à população a importância dos portos públicos para a geração regional de empregos decentes e da sua intervenção social nas comunidades onde atuam.

No mesmo dia, os trabalhadores realizam um Ato em Apoio e Solidariedade aos Portuários de SC e contra a privatização dos portos! Os portos Públicos de SC batem recordes sucessivos em movimentação de cargas. Reunião da Comissão de Infraestrutura do Senado Federal referendou a importância da renovação, pelo governo federal, do contrato de concessão da Autoridade Portuária ao município de Itajaí. Já os portos de Imbituba e São Francisco do Sul, que envolvem o governo estadual, serão debatidos na Audiência Pública do dia 9 de novembro. Participe!



Audiência Pública Portos Públicos
9 de Novembro | Terça | na Alesc



SINDICATO DOS TRABALHADORES NO SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL DE SANTA CATARINA

Publicação oficial que expressa a opinião e posicionamento da Diretoria Executiva do SINTESPE. Sede: Praça Olívio Amorim, 82 - Centro - Florianópolis/SC - CEP 88020-090 - Telefone (48) 3223-6097. Núcleo de Criciúma: (48) 2102-7330. Núcleo de Chapecó: (49) 3323-8638. Núcleo de Joinville: (47) 3026-5934. Núcleo de Lages: (49) 3229-0023. Núcleo de São Miguel do Oeste: (49) 3621-2696. Novembro/2021. Impressão: Gráfica Ipiranga - Tiragem: 7.500 exemplares - Distribuição gratuita e dirigida. Edição: INFORMA. **Sindicato é ferramenta de luta dos trabalhadores. Filie-se!**